



**Caravana de Direitos Humanos  
faz inspeção em todo o país** pág. 8

Psicólogos discutem problemática da terra, pág. 3

Maior encontro da Psicologia Brasileira acontece em setembro, pág. 5

**DIRETORIA**

Ana Mercês Bahia Bock  
Presidente  
Marcus Vinícius de Oliveira Silva  
Vice-presidente  
Maria Christina Barbosa Veras  
Secretária  
André Isnard Leonardi  
Tesoureiro

**CONSELHEIROS EFETIVOS**

Iolete Ribeiro da Silva  
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro  
Nanci Soares de Carvalho  
Acácia Aparecida Angeli dos Santos  
Ana Maria Pereira Lopes

**PSICÓLOGOS CONVIDADOS**

Regina Helena de Freitas Campos  
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

**CONSELHEIROS SUPLENTE**

Odair Furtado  
Maria de Fátima Lobo Boschi  
Giovani Cantarelli  
Rejane Maria Oliveira Cavalcanti  
Rodolfo Valentim Carvalho Nascimento  
Monalisa Nascimento dos Santos Barros  
Alexandra Ayach Anache  
Andréa dos Santos Nascimento

**PSICÓLOGA CONVIDADA SUPLENTE**

Maria Luiza Moura Oliveira

**COMISSÃO EDITORIAL**

Acácia Aparecida Angeli dos Santos  
Monalisa Nascimento dos Santos Barros  
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Erika Carlucci Pioli RP 4892JP/DF.

**REPORTAGEM**

Andrea Ventura RP 3096JP/DF  
ascom@pol.org.br

**ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO**

Sarah Barros

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Ad People Comunicação

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center,  
sala 4024 A - Brasília, DF,  
CEP 70.719-900  
Tel.: (61) 2109-0100  
Fax: (61) 2109-0150

www.pol.org.br

Os Conselhos de Psicologia decidiram tomar como eixo de suas principais intervenções, em 2006, o tema da saúde. Saúde que reúne a maior parte das atividades profissionais da categoria; saúde que tem orientado os psicólogos nos trabalhos terapêuticos, de prevenção e de promoção; saúde que é uma das urgências nacionais; saúde que é prioridade do MEC e do Ministério da Saúde para a construção dos projetos curriculares dos cursos de Psicologia. A partir desta constatação, os Conselhos estarão realizando, neste ano, o I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública. O evento começa em todos os cantos do país e vai se concentrando para a realização dos Fóruns regionais e, em seguida, desemboca no Fórum Nacional, formado por delegados de todos os 16 Conselhos Regionais. O tema do Fórum: Contribuições Técnicas e Políticas dos psicólogos para avançar o SUS - Sistema Único de Saúde é o

compromisso da Psicologia com o atendimento público de qualidade na área da saúde, que deve ser o objeto de trabalho e reflexão neste Fórum. Queremos estar presentes no serviço público que atende à maioria da população; queremos colocar nossos serviços à disposição de quem dele precisa. Os Conselhos de Psicologia ainda, na realização do Fórum, fazem parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP para que se possa concomitantemente debater a presença da psicologia no SUS e qualificar a formação dos psicólogos.

Além disso, os Conselhos tratarão de vários assuntos e aspectos relacionados à atuação dos psicólogos na área da saúde, como a psicoterapia, os critérios da AN-VISA, as regulamentações da ANS que interessam de perto à Psicologia, como a presença da Psicologia nos convênios de saúde, a saúde mental e a busca de formas novas de trabalho neste campo, a reforma psiquiátrica, entre outros.

A saúde será também o primeiro tema do Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas. O CREPOP foi lançado em todos os CRPs em agosto do ano passado e agora começa a funcionar a todo vapor. A primeira tarefa do Centro é realizar um georeferenciamento dos psicólogos nas políticas públicas em todas as áreas, ou seja, mapear os psicólogos que atuam nas políticas públicas, para em seguida começar a navegar no campo da saúde e com esta área disparar o CREPOP, que, em seguida, deverá percorrer outras áreas da Psicologia.

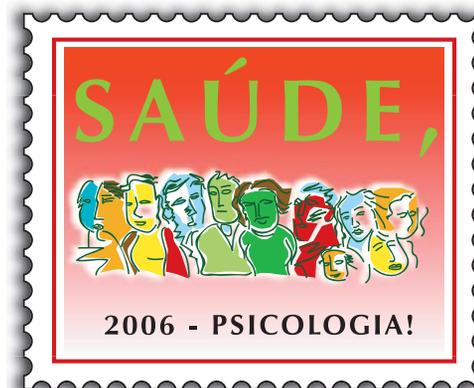
Os Conselhos já indicaram 2007

como ano da Psicologia e Educação.

O ano temático não significa restrição da atuação dos Conselhos àquela área; significa concentração de esforços. A profissão, em todos os seus campos, continuará obje-

to de atenção dos Conselhos.

2006 é também ano do II Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão. O tema do evento, "Enfrentando as dívidas históricas da sociedade brasileira", é orientador dos debates e contribuições, apresentando-se como um desafio para a Psicologia. A sociedade brasileira tem, a cada dia, maior clareza da necessidade de rever sua trajetória e apontar as dívidas que se constituíram a partir de uma história de escravidão, de exploração, de políticas mesquinhas voltadas aos interesses de grupos dominantes. A Psicologia se colocará ao lado de todos que estejam, hoje, lutando para enfrentar e refazer esta história. O II Congresso apresentará as contribuições, os projetos, os sonhos de uma categoria profissional que se empenha na construção de uma profissão comprometida com os interesses da maioria da população brasileira.

**Nota de Falecimento**

O Conselho Federal de Psicologia comunica o falecimento da psicóloga Yone Caldas. Yone era do Rio de Janeiro e presidiu o CFP durante a gestão 1989-1992.

# Emergências e Desastres: qual o papel do psicólogo?

O Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e a Defesa Civil, promoverá, entre os dias 8 e 10 de junho, em Brasília, o 1º Seminário Nacional: “Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades Mais Seguras”. O evento tem o objetivo de discutir a aplicação da Psicologia no desenvolvimento de uma consciência social a cerca dos problemas das enchentes e dos desastres, tanto no que diz respeito à prevenção quanto na atenção às vítimas em situações ou eminência de desastres, além de estimular o desenvolvimento da área no Brasil. A atuação da Psicologia nestas situações já é desenvolvida em vários países da América Latina e tem mostrado bons resultados. No Brasil, ainda existe uma cultura da “imprevidência”, ou seja, as políticas baseadas na prevenção deste tipo de evento são recentes e frágeis. Neste contexto, a política nacional de Defesa Civil busca mobilizar a população para a construção de comunidades mais seguras.

O vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius de Oliveira, ressalta que os psicólogos



devem ser treinados para agir antes, durante e após estas situações de emergência. “As situações de desastres geram estresse pós traumático, levando a uma profunda sensação de medo e insegurança. Esta condição exige a presença dos psicólogos. Além disso, há todo um trabalho preventivo para a construção de comunidades mais seguras, que pode e deve ser realizado com a contribuição

do psicólogo”, afirma. Após o seminário, será produzida uma publicação inédita, que servirá de base para a formação dos futuros profissionais.

No encontro haverá a presença de profissionais internacionais com larga experiência sobre o assunto. Entre eles, estão representantes do Chile, da Espanha, do México, de Cuba, dos Estados Unidos, da Costa Rica, do Equador, da Colômbia, de Porto Rico, da Associação Peruana de Psicologia das Emergências e dos Desastres, da Sociedade Argentina de Psicologia em Emergências e Desastres e de universidades brasileiras.

Durante o evento, será lançado o site do Movimento Psicólogos sem Fronteiras, com o intuito de divulgar a iniciativa entre os psicólogos e a sociedade. Lançado durante o I Congresso da União Latino-americana de Psicologia - Ulapsi, em abril de 2005, o movimento visa contribuir para a melhoria das condições de vida das populações pobres que vivem em situação de risco permanente de desastres. As inscrições para o evento acontecem de 20/05 a 01/06/06 e podem ser feitas no site: [www.pol.org.br/psicologiadodesastres](http://www.pol.org.br/psicologiadodesastres).

Um dia antes do 1º Seminário Nacional: “Psicologia das Emergências e dos Desastres”, acontecerá a Reunião Internacional Por Uma Formação Especializada em Psicologia das Emergências e dos Desastres: aspectos teóricos, metodológicos e técnicos. A reunião contará com representantes internacionais que irão discutir qual é a formação necessária e como a Psicologia poderá se preparar para auxiliar em situações de desastres. Será uma prévia do seminário, onde os representantes trocarão experiências sobre o assunto.

Conheça mais sobre a Ulapsi: [www.ulapsi.org](http://www.ulapsi.org)

## Profissionais com prática na questão da terra discutem desafios e experiências

O Conselho Federal de Psicologia - CFP promoverá, nos dias 20 a 22 de julho, o “Seminário Nacional: A Questão da Terra: Desafios para a Psicologia”. A ideia é estabelecer bases para a investigação e o trabalho dos psicólogos, no sentido de desenvolver as competências da Psicologia nesta temática.

“Esta é uma das questões mais sintomáticas da sociedade brasileira, onde se expressam muitas desigualdades, e sua impossibilidade de acesso leva sofrimento e miséria”, explica o coordenador do evento e vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Marcus Vinícius de Oliveira. Além disso, ele acrescenta que ter a experiência de viver em situações desumanas interfere em vários aspectos da vida, inclusive no desenvolvimento da criança.

“Desde a colonização até o presente, a terra é o centro por meio do qual se constrói a nossa realidade econômica, política, social e cultural”, pontua a psicóloga e componente da comissão organizadora Magda Gebrim. Segundo ela, para que os psicólogos possam intervir mais e com maior qualidade sobre problemas que atingem toda a coletividade brasileira, é preciso conhecer melhor a realidade do país, assim como a cultura popular brasileira. Com este objetivo, durante o evento haverá momentos culturais que retratam a realidade das comunidades, grupos e movimentos ligados à questão da terra. “Independente de ser ou não militante de uma causa, o desafio do psicólogo é pensar em o que ele pode acrescentar dentro destas estruturas enquanto profissional”, ressalta.

A psicóloga Maria Inês Gasparetto,

também parte da comissão organizadora, acrescenta que debater questões que ultrapassam as temáticas internas da Psicologia aproxima o profissional do sujeito contemporâneo. “É preciso ampliar o conceito de saúde e bem-estar para que sejam encontradas soluções para os problemas dos sujeitos, não perdendo de vista o fenômeno psicológico inerente à problemática da terra e ao uso social dela”, afirma.

O seminário, sediado em Brasília, terá três mesas-redondas sobre as perspectivas históricas e epistemológicas da temática da terra, a relação da psicologia com o tema e a visão dos movimentos sociais; além de um painel de relato de experiências em que participarão pessoas ligadas a grupos da terra, dobrando-se em grupos de trabalho.



Acesse o site oficial do evento: [www.pol.org.br/seminariodaterra](http://www.pol.org.br/seminariodaterra)

# Psicólogos discutem práticas terapêuticas na clínica antimanicomial



18 de maio: Dia Nacional da Luta Antimanicomial

O Conselho Federal de Psicologia promove entre os dias 13 e 16 de julho, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em Belo Horizonte, o Encontro Nacional de Saúde Mental - "A Reforma Psiquiátrica que queremos: Por uma Clínica Antimanicomial".

O evento discutirá a abordagem de temas e conceitos indispensáveis à clínica antimanicomial, os serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e as políticas públicas que devem assegurar o acesso a esta clínica a todos os cidadãos brasileiros.

Serão contempladas no encontro discussões como: questões do cotidiano, tensões da sociedade contemporânea, práticas terapêuticas que sustentam a Clínica Antimanicomial, formação e preparo para esta clínica, política de reforma psiquiátrica antimanicomial, questões éticas, técnicas e ideológicas em saúde mental e Direitos Humanos.

Para debater essas e várias outras questões são esperados trabalhadores de serviços substitutivos, além de docentes e pesquisadores desta área. O período de inscrição de trabalhos vai até 30 de maio, já as inscrições para participar do encontro vão até 30 de junho. Os interessados podem se inscrever no site: [www.pol.org.br/saudemental](http://www.pol.org.br/saudemental).

**Clínica Antimanicomial** - São as diversas formas de atendimento ao portador de sofrimento mental guiadas pelos princípios antimanicomiais, ou seja, o convite ao paciente para que ele tenha a palavra, aborde suas questões, tome suas decisões, construa um projeto de vida, consentindo com seu tratamento e participando dele, em regime de liberdade. "Esta clínica não é compatível com estruturas institucionais autoritárias e excludentes, como o hospital psiquiátrico. Portanto, para exercê-la, são necessárias uma rede de serviços e ações de saúde mental substitutivos ao hospital (CAPS, atendimento em unidades básicas, centros de convivência, grupos de produção solidária, cooperativas), e organização social e política dos usuários e familiares, sempre preservando e reconstruindo os laços sociais dos portadores de sofrimento mental", explica a psiquiatra e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Ana Marta Lobosque.

A clínica antimanicomial está em processo de construção. Demanda espaços livres de cuidados. É baseada no acolhimento, na escuta e no vínculo. Exige dos profissionais, que atuam nos serviços substitutivos, novas habilidades e desafia a produzir coletivamente. Também requer recursos clínicos capazes de abarcar dimensões subjetivas, sociais, políticas e culturais.

A partir da luta em prol de uma reforma psiquiátrica, várias conquistas foram obtidas. De acordo com dados oficiais do Ministério da Saúde, até 1988, havia no país 105.765 leitos psiquiátricos. A partir do final década de 90, houve uma redução significativa

desses leitos, chegando em 1999, com 66.393. Atualmente ainda existem no país 42.076 leitos.

A implantação de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, começou no final dos anos 80. Até 1989, existiam no país 10 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. Dez anos depois, esse número passou para 179. Atualmente, o país conta com 800 CAPS. Há também, no Brasil, 393 Residências Terapêuticas, além de Centros de Convivências e iniciativas de geração de renda.

Em 2001, foi aprovada a Lei Federal nº 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Além dessa Lei, foi instituído um conjunto de outros dispositivos legais referentes à reestruturação da assistência em saúde mental no Brasil.

Programas de inclusão do portador de transtorno mental infrator à rede de cuidados em saúde mental já são realidade em alguns estados. "Embora os avanços se façam notar, ainda restam mais de quarenta e dois mil leitos psiquiátricos a serem substituídos e continuam ocorrendo violações aos direitos humanos das pessoas com sofrimento mental. Os serviços substitutivos ainda são insuficientes. Além disso, é preciso investimento em ações intersetoriais, que viabilizem acesso à habitação, educação, cultura, esporte, lazer e trabalho", afirma Deusdet Martins, que integra a Comissão Nacional em Saúde Mental e a Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Saúde Mental: Por uma clínica antimanicomial.

Durante o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado em 1987, em Bauru, trabalhadores em saúde mental, a partir de um questionamento profundo das instituições manicomiais, organizaram a primeira manifestação pública no Brasil, pela extinção dos manicômios, com o lema: "Por uma So-

cidade Sem Manicômios". Nasceu assim o Movimento Antimanicomial e instituiu-se o Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

O I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em 1993, proporcionou a organização nacional do movimento e traçou estratégias e eixos de lutas para superação dos

manicômios. A partir daí, foram realizados manifestações públicas, eventos nacionais, vitórias em instituições psiquiátricas e denúncias de violações aos direitos humanos das pessoas portadores de sofrimento mental e intervenções nos diferentes fóruns de definições de políticas públicas.

# II Congresso reúne psicólogos de todo o país

O II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, maior encontro nacional da Psicologia, está próximo. O evento, organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia - FENPB, composto por 17 entidades, será realizado de 05 a 09 de setembro de 2006, em São Paulo, nas dependências da Uninove - Universidade Nove de Julho e no Memorial da América Latina.

As inscrições já estão abertas. Dia 19 de maio é o prazo final para a inscrição de trabalhos. Para participar do Congresso, as inscrições podem ser feitas até o dia do evento, consulte a tabela de valores no *site* oficial do evento.

A temática do II Congresso será “Enfrentando as dívidas históricas da sociedade brasileira”. De acordo com a coordenadora da Secretaria Executiva do evento e presidente do CFP, Ana Bock, a escolha demonstra o interesse dos psicólogos em colocarem a sua profissão e seu conhecimento à disposição para a construção de um Brasil melhor. “Os psicólogos, estudantes, professores e pesquisadores de psicologia

não podem faltar a este espaço de encontro e debate”, acrescenta.

O I CBP, realizado em setembro de 2002, em São Paulo, contou com a participação de 7000 pessoas. A organização do Congresso espera a participação de psicólogos de todo o



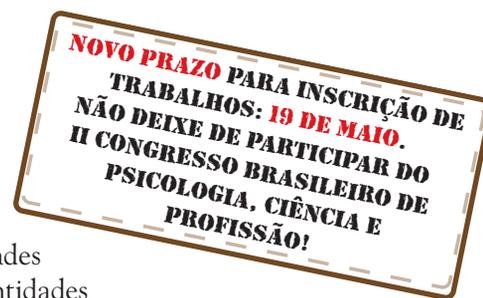
país. “É o maior evento brasileiro na área de psicologia e reúne profissionais, estudantes e pesquisadores de todas as áreas, concepções teóricas e metodológicas. Assim, torna-se um evento único, não só por respeitar, mas por estimular a diversidade e a pluralidade de idéias e de práticas profissionais que existe em nossa área”, afirma uma das componentes da Comissão Científica do evento, Acácia Aparecida dos Santos.

O Congresso oferecerá dois grupos de atividades, as propostas

exclusivamente pelas entidades integrantes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia - que são as conferências; os cursos; os simpósios Ciência e Profissão e os Conversando sobre... e Como eu faço..., e as atividades que podem ser submetidas por profissionais, pesquisadores, e estudantes de Psicologia ou de áreas afins que poderão propor diversos tipos de trabalhos: pôsteres que abordem pesquisas ou relatos de experiência profissional; mesas-redondas e simpósios.

O Congresso Ciência e Profissão se propõe a ser o lugar do desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade brasileira. Assim, pretende atingir esse objetivo não só com as atividades científicas e de desenvolvimento profissional, como também oportunizando encontros das diversas associações científicas e profissionais, bem como a ocorrência de atividades culturais e artísticas que enriquecerão os diferentes espaços do evento.

Informações e inscrições por meio do *site*: [www.cienciaeprofissao.com.br](http://www.cienciaeprofissao.com.br) ou pelo telefone 0800-7706605.



Entidades que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira:

- ABEP, ABOB, ABPJ, ABRANEP, ABRAPPEE, ABRAPSO, ANPEPP, ASBRo, CFP, CONEP, FENAPSI, IBAP, SBPD, SBPH, SBPOT, SBPP, SOBRAPA.

## Acesso à informação é imprescindível no processo da subjetividade

No dia 26 de abril, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação realizou seminário em Porto Alegre como parte da iniciativa que visa revitalizar os 12 comitês regionais da entidade. O objetivo é que, em dois anos, sejam realizados seminários semelhantes a este em todas as capitais brasileiras. Como parte da executiva do FNDC, o Conselho Federal de Psicologia está atento aos debates e, por meio dos Conselhos Regionais, tem participado ativamente da realização dos eventos.

“A participação dos psicólogos nesta luta é de grande importância na medida que o acesso às informações, além de ser direito de



todos, é aspecto fundamental no processo de produção dos sujeitos, das subjetividades e das identidades

culturais”, enfatiza a conselheira do CFP e representante da autarquia no FNDC, Vera Canabrava.

O primeiro seminário foi realizado no dia 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Já no dia 15 de março, o FNDC esteve em São Paulo para o seminário da Democratização à Digitalização das Comunicações. A proposta é disseminar a luta pela democratização da comunicação e fortalecer a atuação das entidades articuladas em torno dos comitês regionais do Fórum, especialmente neste momento histórico em que o governo federal decide sobre o modelo de TV Digital a ser implantado no Brasil.

# Processos Éticos

## CFP Nº 3461/04 - ORIGEM: CRP-08

### Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da denúncia. Manutenção da decisão do Conselho Regional.

I – A Recorrente apresentou denúncia sob o argumento de que o seu marido teria sido submetido a atendimento psicológico onde teria ocorrido um prolongamento desnecessário do tratamento, cobrança desmedida de honorários e inadequado método profissional.

II – A prolongação do tratamento além do prazo previsto encontra justificativa, nos autos, em face dos reiterados surtos psicológicos que acometeram o paciente.

III – O recorrido demonstra, no que se refere aos preços praticados, que se encontram nos limites sugeridos pelo Conselho Federal de Psicologia e no âmbito do que é praticado na localidade do atendimento.

Decisão (CRP): Arquivamento.

Decisão(CFP): Mantida.

Data do julgamento: 02/12/2005.

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock.

Relatora: Iolete Ribeiro da Silva.

## CFP Nº 3712/04 - ORIGEM: CRP-06

### Arquivamento

Ementa – Processo Ético Profissional.

Recurso interposto. Inexistência de violação às normas e princípios do Código de Ética Profissional. Recurso conhecido e improvido.

I – Nos termos da denúncia e após o cotejo com os esclarecimentos colocados pela psicóloga em sua defesa prévia, não foi possível configurar a ocorrência da infração indicada na peça acusatória.

II – A denunciante não trouxe elementos que comprovassem a infração ao Código de Ética. Ao contrário, a denunciada fez prova robusta dos procedimentos adotados, inclusive a juntada de documentos que não consubstanciam quaisquer indícios de infração.

Decisão (CRP): Arquivamento do processo ético.

Decisão (CFP): Mantida.

Data do julgamento: 30/09/2005.

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira.

Relator: Rodolfo Valentim Carvalho.

## CFP Nº 4228/04 - ORIGEM: CRP-04

### Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da denúncia. Manutenção da decisão do Conselho Regional.

I – A Recorrente apresentou denúncia baseada em questionamentos acerca da conduta ética da psicóloga. Ausência de materialidade da conduta a ensejar a instauração de processo ético.

II – Denota-se, da análise dos autos e das

provas produzidas, que a psicóloga buscou, dentro de sua competência, garantir atendimento adequado à paciente, inclusive consultando seus filhos sobre a forma como a família estava acompanhando o seu tratamento.

Decisão (CRP): Arquivamento.

Decisão (CFP): Arquivamento.

Data do julgamento: 04/11/2005.

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock.

Relator: Odair Furtado.

## CFP Nº 4460/04 - ORIGEM: CRP-04

### Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da denúncia. Manutenção da decisão do Conselho Regional.

I – Na análise dos elementos de prova constante dos autos, não há indícios suficientes a justificar a instauração do processo ético. Ademais, a denunciante, ora recorrente, deixou de indicar na representação o profissional que teria violado o Código de Ética, como também não apresentou uma descrição circunstanciada do fato, ocasionando a exclusão liminar da denúncia. Inteligência do art. 17, da Resolução CFP nº 006/01 (Código de Processamento Disciplinar).

Decisão (CRP): Arquivamento.

Decisão (CFP): Arquivamento.

Data do julgamento: 04/11/2005.

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock.

Relatora: Acácia Aparecida Angeli.

## CFP Nº 4508/04 - ORIGEM: CRP-06

Psicóloga Avany Vanzeto Fonzi

### Cassação do exercício profissional

Ementa – Processo Ético Profissional.

Reexame Necessário. Incidência dos Arts. 1º alínea “c”, art. 2º alíneas “h” e “n”, e art. 21, além do Princípio Fundamental nº I do Código de Ética dos Psicólogos. Manutenção da decisão do CRP-06 quanto à aplicação da pena de cassação do exercício profissional.

I – Comete falta ética a psicóloga que excede os limites de sua competência profissional, notadamente ao envolver-se em questões financeira com a pessoa atendida e, através de pessoas de seu círculo de amizade, passa a se utilizar de procedimentos não reconhecidos como pertencentes à prática profissional da Psicologia.

II – Viola o disposto no art. 21 do Código de Ética a psicóloga que ao atender diferentes membros da família, tece comentários que caracterizam rompimento do sigilo profissional.

III – A psicóloga, ao se utilizar de sua condição profissional para usufruir de vantagens sobre aquele que deposita confiança no seu trabalho, viola o inc. I, dos Princípios Fundamentais do Código de Ética.

Decisão (CRP): Cassação do Exercício

Profissional.

Decisão (CFP): Mantida.

Data do julgamento: 04/11/2005.

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira.

Relatora: Alexandra Ayach Anache.

## CFP Nº 5095/04 - ORIGEM: CRP-02

Psicólogo Jurandir Cavalcanti de Araújo  
**Suspensão do exercício profissional por 30 dias.**

Ementa – Processo Ético-Profissional.

Reexame Necessário. Infringência ao item I, dos Princípios Fundamentais, e do art. 1º, alíneas “a” e “c” do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

I – Comete infração ética o psicólogo que pratica ato incompatível com os preceitos éticos e legais da profissão, devendo respeitar a dignidade e integridade do paciente.

II – Incide em infração ética o psicólogo que se permite examinar fisicamente um paciente sem estar capacitado tecnicamente para tal função.

Decisão (CRP): Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias.

Decisão (CFP): Mantida.

Data do julgamento: 02/12/2005.

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock.

Relator: Giovanni Cantarelli.

## CFP Nº 2500/05 - ORIGEM: CRP-06

Psicóloga Eliana Guimarães Pin

### Censura

Ementa – Processo Ético-Profissional.

Recurso apresentado pela psicóloga denunciada. Manutenção da decisão do Conselho Regional que julgou procedente a Representação para condenar a denunciada à pena de Censura por infração ao disposto no Art. 1º, Letra “c”, Art. 2º, letra “b”, Art. 6º, “caput”, e §§ 1º, 2º e 3º, Art. 9º e Art. 38, letra “d” do Código de Ética Profissional.

I – Infringe o Código de Ética a psicóloga que se utiliza de técnicas não reconhecidas pela ciência, tal como a iridologia.

II – Além disso, comete infração ética a psicóloga que se utiliza de títulos que não possui, bem como quando não garante o caráter confidencial das informações que vier a saber, tal quando afirma que houve o extravio dos prontuários de atendimento.

III – Por último, incide em delito ético a psicóloga sócia de profissional que prescreve e vende medicamentos sem registro no Ministério da Saúde.

IV – Recurso conhecido e Improvido. Manutenção da decisão do Conselho Regional.

Pena (CRP): Censura Pública.

Decisão (CFP): Mantida.

Data do julgamento: 02/02/2006.

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira.

Relatora: Rejane Maria Cavalcanti.

# Psicologia Intensivista: uma área emergente

Ao lidar com o sofrimento, a dor e a morte iminente nos deparamos com situações que geram tensão, angústia e conflitos emocionais, onde mecanismos de defesa psicológicos são ativados tanto nos cuidadores como nos pacientes e familiares, na tentativa de evitar ou aliviar a ansiedade.

As diversas reações psicológicas dos indivíduos frente a acontecimentos de alto impacto emocional e de risco iminente de morte vêm modificando as formas de pensar e agir, influenciando assim nas formas de atuação dos psicólogos. Daí a necessidade do intensivismo, que é uma especialidade interdisciplinar voltada para o cuidado da pessoa em estado crítico, de forma ininterrupta, por uma equipe de profissionais de saúde com treinamento e competências específicas.

“Nesse âmbito de atuação, o psicólogo precisa estar instrumentalizado para lidar com episódios diversos de crises existenciais/acidentais com repercussões emocionais, onde o sofrimento psíquico apresenta-se modificado devido às vivências no contemporâneo e às diferentes percepções dos

grupos sociais”, ressalta a presidente do Departamento de Psicologia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB, Ana Maria Magalhães.

O psicólogo intensivista é o profissional que desenvolve e aplica instrumentos de atuação dentro de diversas especificidades de atenção, priorizando sempre a avaliação e a clínica psicológica, procurando alcançar metas e objetivos propostos a cada serviço de cuidados intensivos, tendo como compromisso participar do cenário de transformações sociais favorecendo as condições de saúde da comunidade como um todo.

Os serviços de cuidados intensivos têm se caracterizado por serem ambientes de decisões difíceis, que implicam as pessoas com o limite vida-morte. Observa-se, no entanto, que níveis de tensão controlados, de alguma forma, são necessários à manutenção do equilíbrio e funcionamento psíquico.

## Principais Atribuições do Psicólogo Intensivista:

- Atuar junto à equipe interdisciplinar, acompanhando processos de acolhimento e reflexão sobre a tarefa assistencial dentro do projeto e especi-

ficidade de atuação;

- Realizar observação, avaliação e acompanhamento dos pacientes e familiares dentro de uma rotina de atendimento;
- Registrar o histórico, a evolução e as intervenções com o enfermo em prontuário individual;
- Acolher, preparar e acompanhar os familiares para que participem do processo de cuidados do enfermo, junto à equipe;
- Coordenar grupos com os familiares;
- Acompanhar as informações médicas/equipes buscando facilitar o processo de comunicação/compreensão desde a rotina de admissão até o encaminhamento para atendimento em enfermaria ou domiciliar, pós-UTI;
- Atuar junto à equipe no sentido de promover discussões, reflexões e ações sobre o cuidado/humanização;
- Aplicar questionários periódicos visando avaliar cuidados/ humanização da assistência;
- Viabilizar campo para estágio, contribuindo com a formação de novos profissionais;
- Desenvolver estudos e pesquisas partindo de avaliação de protocolos assistenciais.

## Reumanização do processo de morrer

A Organização Mundial de Saúde - OMS define Cuidados Paliativos como a abordagem para melhorar a qualidade de vida dos pacientes com doenças crônico-evolutivas, quando o organismo não responde aos tratamentos curativos, tornando prioridade o controle da dor e de sintomas psicológicos, sociais e espirituais. Desta forma, os cuidados paliativos promovem o bem-estar geral do paciente, de seus familiares e da comunidade que o cerca.

Dados da OMS apontam que, até 2015, 15 milhões de novos casos de câncer no mundo serão registrados, resultando em 9 milhões de mortes, sendo 6 milhões em países em desenvolvimento. Segundo a fundadora da Associação Brasileira de Cuidados Paliativos - ABCP, a psicóloga Ana Geórgia Cavalcanti de Melo, a introdução de cuidados paliativos em hospitais públicos e privados brasileiros está relacionada à crescente demanda de pacientes em doenças avançadas. “A partir desta demanda, profissionais buscam conhecer, por meio de formação e

cursos de especialização, técnicas efetivas para cuidar do paciente como um ser humano que sofre”, afirma.

A diretora da Unidade de Cuidados Paliativos do Instituto Nacional de Câncer - Inca, Cláudia Naylor, acrescenta que o objetivo é a prevenção do sofrimento dos pacientes, para que eles não tenham uma morte sofrida. “Os pacientes não podem ser abandonados por terem doenças, muitas vezes, incuráveis. E, ao buscar a qualidade de vida do paciente, alcançamos a da família também”, diz. Segundo a médica, é obrigação das equipes que atuam nos cuidados paliativos trabalhar o lado social, psicológico e espiritual. “Para que o paciente tenha uma qualidade de vida, não basta atuar na dimensão física e orgânica”, observa.

O Inca, órgão do Ministério da Saúde, possui o único hospital do Brasil com unidade exclusiva de cuidados paliativos. Localizado no Rio de Janeiro, o instituto conta com 56 leitos e atende, em média, 1.200 pacientes por mês. O trabalho das unidades de cuidados paliativos é multiprofissional,

envolve médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e nutricionistas. “A atuação do psicólogo, especificamente, pode favorecer a manutenção da auto-estima, a preservação relativa do auto conceito e a aceitação da doença e dos tratamentos seguidos”, avalia Ana Geórgia.

Embora ainda precise avançar em muitos aspectos, o Brasil já conta com várias unidades voltadas para a atividade de cuidados paliativos. A ABCD conta com cadastro de 31 serviços oriundos dos chamados Serviços de Dor, implementados nos hospitais. Entretanto, não há ainda a prática do ensino na graduação e na pós-graduação em Medicina Paliativa e Cuidados Paliativos, como já acontece em muitos países da Europa e América Latina. Este é um dos obstáculos observados por Ana Geórgia para a implementação de outras unidades. “Também existe a ausência de uma política nacional nesta área, além de carência de recursos financeiros para a pesquisa e desenvolvimento em cuidados paliativos”, pontua.

Será realizado em Curitiba, de 19 a 21 de outubro de 2006, o II Congresso Internacional de Cuidados Paliativos e Dor. O congresso, que tem como tema “Arte e Ciência no Cuidar”, é uma realização do Instituto Nacional de Câncer, Hospital Erasto Gaertner (Curitiba) e Academia Nacional de Cuidados Paliativos - ANCP. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (41) 3361-5167 ou por meio do endereço eletrônico [cuidadospaliativos@erastogaertner.com.br](mailto:cuidadospaliativos@erastogaertner.com.br).



Cenam - Sergipe



Fundaq - Pernambuco



Fundaq - Pernambuco



Delegacia Especializada de Assistência ao Adolescente Infrator - Amazonas



Fundaq - Pernambuco



Delegacia Especializada de Assistência ao Adolescente Infrator - Amazonas

# Caravana de Direitos Humanos mobiliza 145 profissionais simultaneamente em todo o país

Violações graves contra os Direitos Humanos foram relatadas durante inspeção nas unidades de internação para adolescentes realizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia - CFP e pelas Comissões de Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, em todo o país, em março.

As inspeções aconteceram de forma surpresa em 27 estados, incluindo o Distrito Federal e cerca de 40 unidades foram vistoriadas pelos 145 técnicos enviados. Segundo relato das equipes que visitaram as localidades em todo o país, o desrespeito aos Direitos Humanos e ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA aconteceu na maior parte das unidades vistoriadas. Foram constatados indícios de abuso sexual, unidades alagadas com fios elétricos descobertos, locais sujos, comida estragada, falta de atendimento médico, superlotação, ausência de atividades sócio-educativas, sinais de tortura em adolescentes, instalações com a presença de ratos e baratas, espancamentos, entre outros. Uma das unidades em que foram encontradas violações mais graves foi na Paraíba, onde nenhuma cela possui vaso sanitário, obrigando os internos a fazerem suas necessidades em sacos plásticos e garrafas de refrigerantes. Já em São Paulo, os técnicos foram impedidos de entrar nas unidades. Após uma longa espera, alguns puderam entrar, mas o local tinha sido lavado.

Para Monalisa Barros, da Comissão de Direitos Humanos do CFP a con-

tínua violação aos Direitos Humanos da criança e do adolescente traz uma reflexão. “Diante do quadro encontrado a indagação que fica é: Será que a sociedade brasileira não tem nada melhor a oferecer à sua juventude do que o encarceramento, onde se sofre violações de todos os tipos?”, questiona a conselheira do Conselho Federal de Psicologia - CFP. Entretanto, os técnicos não encontraram somente

*“Será que a sociedade brasileira não tem nada melhor a oferecer à sua juventude do que o encarceramento, onde se sofre violações de todos os tipos?” Monalisa Barros.*

unidades em mau estado. Alguns locais vistoriados estavam em situação legal, com instalações adequadas, como foi o caso da unidade do Paraná, que os técnicos consideraram irrepreensível. Os internos ocupam alojamentos individuais e refeitórios limpos, além de não existirem queixas sobre a qualidade da comida. Quadro satisfatório também foi apresentado em Mato Grosso do Sul, onde a unidade visitada estava com as condições sanitárias adequadas, ausência de queixa de tortura e a presença de diversos profissionais de saúde para atender os adolescentes.

Mas apesar disto, os representantes dos Direitos Humanos são categóricos: a

denúncia não pode ficar no esquecimento. “Não queremos nos limitar apenas à denúncia, queremos que a sociedade se envolva e exija o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente por inteiro”, afirma a coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Esther Arantes.

A inspeção realizada em todo o Brasil faz parte da campanha anual 2005/2006 desenvolvida pelo CFP “O Que é feito para excluir, não pode incluir! Pelo Fim da Violência nas Práticas de Privação da Liberdade!”. O CFP e os 16 CRPs que estiveram envolvidos nas vitórias consideram inadiável a revisão das formas de tratamento que o Estado está dando aos jovens e têm sido enfático ao colocar que os encarceramentos não são e não podem ser formas de resolver as questões sociais. Os Conselhos têm se posicionado firmemente contra qualquer tipo de encarceramento.

Representantes do CFP e da OAB entregaram às autoridades brasileiras, em abril, relatório conclusivo com as estatísticas e a situação das unidades de internação de adolescentes de todo o país. A idéia é que os governos reconheçam as violações denunciadas e aceitem a parceria dos representantes dos Direitos Humanos para o cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente. “O ECA tem que ser cumprido integralmente, com unidades possuidoras de oficinas profissionalizantes, e que ofereçam aos adolescentes esporte, educação e lazer”, decreta o membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Joelson Dias.

As visitas às unidades de internação à adolescentes tiveram como parâmetro o cumprimento de artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Citamos aqui alguns deles:

Art. 4 - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

convivência familiar e comunitária.

Art. 106 - Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Art. 110 - Nenhum adolescente será privado de liberdade sem o devido processo legal.

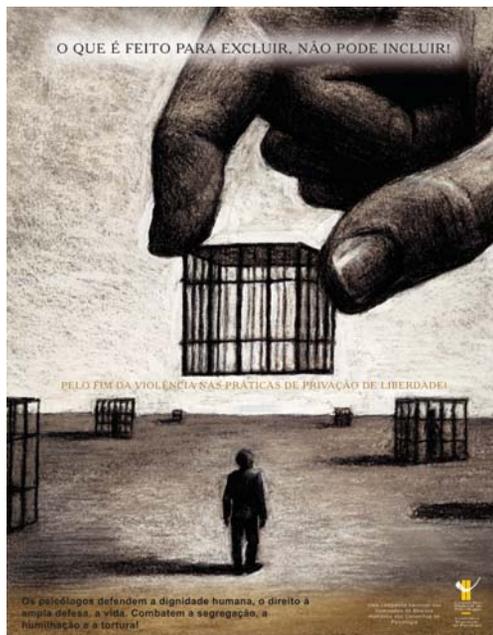
Art. 121 - A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição pecu-

liar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 123 - A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Art. 125 - É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

# CFP encabeça Frente Mundial contra manicômios e prisões, em Caracas



O Conselho Federal de Psicologia, mais uma vez, marcou presença no Fórum Social Mundial, desta vez realizado em Caracas (Venezuela), representando os 16 Conselhos Regionais de Psicologia. Com o objetivo de criar uma Frente Mundial contra os Manicômios e as Prisões, o Sistema Conselhos de Psicologia promoveu na sexta edição do Fórum Social Mundial, realizado entre os dias 24 e 29 de janeiro, em Caracas, a oficina: “Grades não são solução para a vida; queremos outra saída”.

O vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira, ressaltou a importância da participação do Sistema Conselhos no VI Fórum Social Mundial: “O Fórum Social Mundial é um espaço de convergência de idéias, utopias e pensamento crítico. Em edições anteriores realizamos oficinas sobre temas mais teóricos. Em 2006 inovamos ao levar uma proposta concreta de reflexão sobre um tema delicado, importante e complexo, que é a luta pelo fim dos manicômios e das prisões”, disse o vice-presidente.

Representantes de mais 10 países participaram da oficina proposta pelo CFP. Para a coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Esther Arantes, a participação no debate possibilitou maior visibilidade para o lançamento da Campanha do Sistema Conselhos de Psicologia, e possibilitou a visibilidade para as pessoas e entidades presentes no FSM que se interessavam pelo tema. “A partir deste

primeiro contato, além de realizarmos nossa oficina com bastante público, também participamos das oficinas organizadas por entidades de outros países”, explicou a coordenadora.

Esther Arantes afirmou ainda que o Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil foi bastante elogiado por sua iniciativa. “Todos os presentes concordaram com a urgência, a relevância e a oportunidade de se discutir o fim dos presídios e manicômios no Fórum. Mesmo ponderando a dificuldade de uma tal empreitada, foi voz corrente que a questão tem que ser colocada e debatida pela sociedade em geral e pelos diversos profissionais, em particular, dada a banalização da violação dos direitos humanos nas prisões, incluindo largamente a prática de tortura”.

## **Objetivos da Frente Mundial contra os Manicômios e as Prisões:**

- Manter um banco de dados e diagnósticos a respeito da situação manicomial e prisional nos diversos países;**
- Estabelecer vigilância contra a violação dos direitos humanos nos manicômios e prisões;**
- Apoiar iniciativas de exigências de uma anistia imediata de todos os presos por crimes que não envolvam violência entre as pessoas.**

A repercussão do evento foi tão positiva que os representantes da delegação do Conselho Federal de Psicologia foram convidados a participar de um debate, de 40 minutos de duração, sobre o tema do encarceramento, no programa “Construyendo República”, da TV estatal venezuelana (Vive Televisión), de alcance nacional. “Esse foi um indicativo de que a atividade valeu a pena, foi bem sucedida”, afirmou Marcus Vinícius.

Com base no que foi discutido

durante o Fórum Social Mundial, o CFP agora está trabalhando na produção de um site da Frente Mundial contra os Manicômios e as Prisões, que será um ponto de encontro para quem quiser denunciar violações de direitos humanos e também divulgar soluções inovadoras e alternativas para essa questão.

O CFP recebeu um convite da delegação espanhola para que apresente a mesma atividade no Fórum Social Europeu, que será realizado entre os dias 04 e 07 de maio, em Atenas, na Grécia.

Durante a oficina, realizada no dia 26 de janeiro, foram exibidos os vídeos “Tribunal dos Crimes da Paz”, sobre manicômios, e “De Dentro para Fora”, da Série “Não é o que Parece”, que trata das prisões, os quais foram distribuídos aos participantes.

Para a Juíza Maria Lúcia Karam, que participou da oficina à convite do CFP, encontrou-se uma boa receptividade, um canal aberto para se desenvolver a Frente Mundial contra os Manicômios e as Prisões. A juíza Maria Lúcia é mais uma defensora do fim dos encarceramentos em nossa sociedade. “É inadmissível, se pensarmos logicamente, a possibilidade de haver uma ressocialização tirando a pessoa da sociedade. Esse tipo de pena, no fim das contas, causa maiores danos, uma vez que o indivíduo ficou mais desadaptado e com o sentimento de que pagou mais do que se devia”.

Conforme a juíza, surtiria mais efeito se o dinheiro gasto com os presídios fosse investido na geração de emprego e renda. Ela não acredita também que as penas alternativas sejam uma solução para o problema dos encarceramentos. “As penas alternativas não são suficientes, pois não são substitutivas da prisão, mas sim novos tipos de penalidade, novas formas de controle. A pena de prisão não é afetada, não é reduzida com as alternativas. É preciso se discutir a abolição do sistema penal”.

Maria Lúcia lembra que a pena privativa da liberdade não existiu sempre. “Foi uma evolução se levarmos em conta as penalidades aplicadas antigamente, como a tortura e a pena de morte; mas uma evolução verdadeira seria a superação da idéia de exclusão”, defende.

O Fórum Social Mundial é um espaço internacional para reflexão e articulação de Movimentos Sociais, Redes, ONGS e outras organizações da sociedade civil que buscam uma alternativa às políticas neoliberais.

O FSM se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Em 2004, o evento foi transferido para Mumbai, na Índia. Em 2005 voltou para Porto Alegre. Já, em 2006, o Fórum aconteceu em três sedes: Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão).

Comitiva do Conselho Federal de Psicologia presente no Fórum Social Mundial/Venezuela: Vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius; Presidente da ABEP, Marcos Ferreira; Coordenadora da CNDH, Esther Arantes; Coordenadora da CDH do CRPRJ, Beatriz Sá Leitão; Presidente do CRPRJ, José Novaes. A convite do CFP, também compareceu ao FSM, a juíza Maria Lúcia Karam.

## Título de Especialista



# Título de especialista atesta prática profissional

Os avanços da Ciência Psicológica têm propiciado o aparecimento de áreas de conhecimento específico para a atuação do profissional de Psicologia. Por esta razão, o Conselho Federal de Psicologia concede, desde 2002, o título profissional de especialista, sendo que, a partir de 2004, passaram a ser oferecidas onze modalidades. Sua obtenção atesta comprovada prática na área de especialização almejada, consistindo em um direito do psicólogo. Conforme as resoluções editadas pelo CFP, o psicólogo pode ser portador de até dois títulos de especialista junto ao seu Conselho Regional de Psicologia, podendo, a qualquer tempo, modificá-los.

Existem dois tipos de especialização: uma se refere a uma especialização profissional, ou seja, no exercício da profissão, e outra que é acadêmica. A especialização profissional pode, quando devidamente comprovada, justificar a obtenção de um título de especialista autorizado pelos Conselhos de Psicologia, segundo normas estabelecidas na Resolução nº 014/00, alterada e regulamentada pela Resolução nº 02/01. Cerca de 16 mil psicólogos já possuem este tipo de título. O outro tipo de especialização é acadêmica e justifica títulos como mestre e doutor oferecidos por meio de cursos de Pós-graduação *strito sensu* em instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC ou certificados que atestam realização de curso de especialização com 360 horas.

Os cursos de especialização *latu sensu* oferecem apenas certificados de conclusão de curso de especialização e podem ser especializações profissionais. Neste casos, seus portadores, podem buscar o título junto aos seus conselhos profissionais. Para isto, no caso

da Psicologia, os cursos precisam estar credenciados junto ao Conselho Federal de Psicologia e estar organizados de acordo com as exigências aprovadas pelos Conselhos. Estes cursos devem ser de 500 horas e ter parte delas em prática profissional, se diferenciando dos cursos de especialização acadêmica.

As especializações acadêmicas não permitem título de especialista, apesar da reconhecida especialização. Isto porque o MEC entende que o título de especialista

### Concurso de provas para título de especialista será no dia 10 de setembro, em São Paulo.

existe apenas nas profissões em que os Conselhos Profissionais o regulamentaram. “No caso dos título acadêmicos, fica comprovada a qualificação do psicólogo para a docência e pesquisa e não para a profissão”, explica a conselheira do CFP e doutora em Psicologia, Iolete Ribeiro.

Entretanto, há casos em que profissionais dedicados à pesquisa e docência solicitam a concessão de título profissional de especialista. “O motivo principal é o fato deste profissional ser reconhecido muitas vezes como referência em sua área de saber. No entanto, é preciso que se esclareça que o CFP só autoriza títulos de especialista para profissionais que exercem a profissão de psicólogo em uma das áreas regulamentadas”, afirma Iolete. Os professores podem solicitar seu título de especialista somente quando exerceram, nos cursos de Psicologia, a função de supervisores de estágio por 5 anos. Esta modalidade de registro de título, no

entanto, vigora apenas durante 270 dias depois de regulamentado o título na área.

#### Áreas de Especialização

As modalidades nas quais o profissional pode se obter o título de especialista são: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; e Psicomotricidade; além de Psicologia Social, reconhecida em 2003 e Neuropsicologia, que forma a lista desde 2004. “Quando surgem novas especialidades, o interessado tem até 270 dias a partir da data de vigência da resolução para comprovar prática de cinco anos na área. Neste caso, este é o único requisito”, informa a conselheira. Em 2006, este tipo de processo, seguido pela maioria dos psicólogos que tem o título, não está aberto para nenhuma das especialidades oferecidas.

Em 2006, a obtenção do título pode ser efetivada por meio de conclusão de curso de especialização (modalidade que vigora sempre) ou por concurso (realizada anualmente). Com elas, além de comprovação de prática profissional exigida de dois anos, o conhecimento teórico é avaliado. Para ter validade no processo de concessão do título, o certificado ou diploma de conclusão de curso de especialização deve ter sido conferido por instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC ou por pessoa jurídica habilitada para este fim. A habilitação depende de credenciamento no CFP, que já cadastrou 50 núcleos formadores. Para sua conclusão, é exigida a apresentação de monografia com temática voltada para a área a que a especialidade se destina. Até dezembro do ano passado, 123 psicólogos obtiveram o título por este processo.

Em 2006, o Conselho Federal de Psicologia realiza no dia 10 de setembro o Concurso para Concessão do Título de Especialista, em São Paulo, logo após o II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão. Qualquer psicólogo, mesmo que sua solicitação por tempo de experiência de cinco anos tenha sido negada por falta de documentação, pode se submeter à prova.

As provas serão objetivas e discursivas.

O edital do concurso, que será organizado pela VUNESP, para obtenção de título de especialista, contendo período de inscrição, horário e local das provas, está previsto para sair em abril. Haverá divulgação antecipada da bibliografia exigida para a prova. O resultado final sairá em dezembro.

Os psicólogos que fizerem o teste deverão apresentar também alguns documentos comprobatórios de atuação

na área por pelo menos dois anos, além de requisitos formais de sua condição profissional.

O título de especialista não é obrigatório, é um direito. Ele é referência a dedicação do profissional na área de especialidade, não consistindo condição para o exercício profissional.

Verifique no site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) tudo sobre o concurso de provas e títulos.

# Contribuições no desenvolvimento integral de pessoas com necessidades especiais

A Ciência Psicológica ao longo dos três últimos séculos se manifestou sobre a educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, seja no marco de referência conceitual, seja no âmbito das práticas dos profissionais da área ou mesmo de áreas que se utilizam das construções dos conhecimentos a respeito da população que apresenta características físicas, psicológicas e sociais que destoam da maioria de seu grupo.

É bom lembrar que os conceitos de normalidade e anormalidade são marcados pelo padrão de referência cultural de um determinado grupo, produzido mediante as condições concretas de vida. Desse modo, há uma preocupação dos profissionais da Psicologia sobre a construção e implementação de práticas que visam promover o desenvolvimento integral de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Nesta perspectiva, o compromisso do profissional é com a Promoção de Saúde das pessoas, o que implica em um primeiro momento assumir que a saúde não se define pela ausência de doença, mas como um processo qualitativo que se constitui na e pelas

condições de vida. Assim, não há uma cisão entre corpo e psíquê, entre o normal e o patológico, há sim, um estado de tensão permanente que forma a unidade - a pessoa. Esse movimento, que ocorre nos diferentes espaços de relação, e dentre eles a instituição es-

---

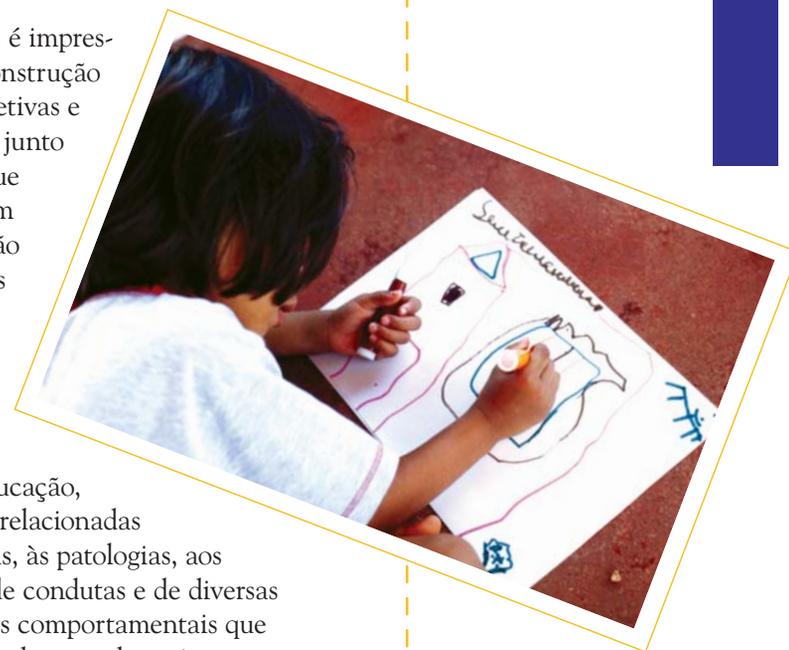
***Há uma preocupação dos profissionais da Psicologia sobre a construção e implementação de práticas que visam promover o desenvolvimento integral de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.***

---

cola, pode permitir aos seus integrantes (professores, estudantes, familiares, e demais profissionais), oportunidade de transformação, qual seja, a melhoria da qualidade de vida dos membros do grupo a qual este é parte.

Portanto, é imprescindível, a construção de ações coletivas e permanentes junto às pessoas, que lhes permitam a compreensão das diferentes informações oriundas de diversas fontes, dentre elas a saúde, a educação, sobretudo às relacionadas às deficiências, às patologias, aos transtornos de condutas e de diversas manifestações comportamentais que venham perturbar a ordem vigente.

Além disso, e com isso, o(a) psicólogo(a), mediante as especiais necessidades dos estudantes, precisa encontrar nas impossibilidades, os desafios, para que práticas criativas se apresentem nos serviços de educação e saúde, que muitas vezes se expressam nos pareceres dos diagnósticos, nas omissões, bem como em atuações exclusivistas, que além de fragmentar as relações, também nos fragmenta.



## BVS-Psi é cada vez mais procurada para pesquisas bibliográficas

Referência internacional na disponibilização de dados sobre Psicologia na *Internet*, a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia - BVS-Psi, mantida pelo Sistema Conselhos, tem o objetivo de reunir, organizar e disseminar o conhecimento publicado em revistas, teses, e outros tipos de suportes. Formado por bases de dados especializadas e acessíveis pelo site [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br), o acervo digital é voltado para psicólogos, pesquisadores, estudantes e outros interessados que buscam material atualizado para a prática profissional do psicólogo ou para o avanço da pesquisa científica no Brasil e na América Latina.

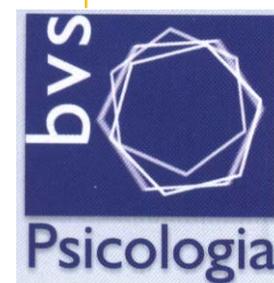
Facilidade de acesso a informações atualizadas e disponibilização de novas ferramentas tornam a BVS-Psi um

meio de capacitação e desenvolvimento científico de profissionais na área de Psicologia. A base de dados Entre na Rede, implementada em 2005, permite o acesso a resumos de pesquisas, concluídas ou em andamento, e de práticas profissionais desenvolvidas por profissionais, pesquisadores, professores e estudantes de Psicologia, na perspectiva do compromisso social. Além disso, a ferramenta possibilita o contato entre o internauta e os autores desses trabalhos para eventual troca de experiências ou solicitação de mais informações.

Já o PePSIC, fruto da parceria entre a BVS-Psi e a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia - ABECIP, tem a meta de ampliar o acesso à produção científica em Psicolo-

gia e áreas afins por meio da publicação de periódicos em formato eletrônico e sua disponibilização gratuita na *Internet*. Atualmente, o PePSIC conta com 16 títulos publicados, com mais de 30 fascículos que podem ser acessados de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores.

A Biblioteca Virtual é utilizada, no Brasil, como modelo para a implementação de sistemas semelhantes em outras áreas do conhecimento. Internacionalmente, o modelo brasileiro tem inspirado a criação da Biblioteca Virtual da União Latino-americana de Psicologia - BVS-ULAPSI. Além disso, os países sul-americanos Peru e Colômbia implantarão suas bibliotecas virtuais na área de Psicologia criadas a partir da experiência brasileira.





# Oficina Nacional da Abep: Psicologia e Saúde Pública

A cada ano, a ABEP promoverá uma oficina nacional sobre alguma dimensão da prática profissional dos psicólogos, que deva referenciar a formação dos futuros profissionais. Pretende-se diminuir a distância entre o que é ensinado nos cursos e aquilo que os psicólogos encontram como desafio no seu cotidiano profissional.

Em 2006, ocorrerá a I Oficina Nacional da ABEP sobre a formação dos futuros profissionais para atuarem na área da saúde pública e mais especificamente no SUS. Sua etapa nacional ocorrerá no mês de agosto em Brasília. A etapa regional ocorrerá até final de junho e terá pelo menos 30 oficinas, sendo

que em alguns estados haverá mais de uma.

Todo o esforço se dirige para facilitar ao máximo a participação de psicólogos, coordenadores de cursos, professores e estudantes às atividades. Será promovida uma reflexão sobre o incremento da qualidade da presença da Psicologia no SUS, por meio de modificações curriculares que aumentem o envolvimento dos alunos de psicologia com essa temática.

As oficinas ocorrem em parceria com os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e com o Ministério da Saúde. Os Conselhos decidiram que as oficinas serão eventos preparatórios para o Fórum

Nacional de Psicologia e Saúde Pública, dando uma contribuição fundamental na construção das oficinas em cada estado e região. Além disso, essas oficinas resultam da relação entre o Ministério da Saúde e o Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde - FNEPAS, do qual a ABEP faz parte.

A contribuição de todos os interessados no presente e no futuro da psicologia é indispensável. Essa contribuição pode ocorrer tanto pela participação nas oficinas quanto pelo incentivo para que todos os coordenadores de curso, professores e estudantes efetivamente estejam inseridos nesse processo.

## Atenção a estudantes com necessidades especiais

Um grupo de Coordenadores de Cursos de Psicologia está produzindo recomendações sobre formas de apoiar estudantes com necessidades especiais na formação de psicólogos. O grupo estuda procedimentos para a atenção a alunos com deficiência visual. A iniciativa surgiu nos debates realizados numa lista de

discussão criada pela ABEP, da qual participam coordenadores de curso de todo o país.

Pretende-se que sejam incorporados ao grupo psicólogos portadores desse tipo de deficiência. Além disso, está sendo negociado um convênio com o Instituto Benjamin Constant - MEC. A seguir,

pretende-se estabelecer grupos de trabalho visando a atenção a estudantes de psicologia portadores de deficiências de locomoção grave e alunos com deficiências de audição. Um terceiro grupo deverá estudar formas de apoiar alunos usuários de serviços de saúde mental.

## Pesquisa sobre prática profissional de psicólogos no SUS

Em fevereiro ocorreu o Seminário de Pesquisa: Prática Profissional, Psicologia e Saúde Pública. Promovido em colaboração entre a ABEP, o Conselho Federal de Psicologia, o Ministério da Saúde e a Universidade de Brasília. O objetivo foi produzir definições que dêem sustentação para as pesquisas sobre a prática profissional, a começar pelo estudo da atuação dos psicólogos no SUS.

O evento contou com a participação de profissionais e pesquisadores de todo o país, dos quais será importante ressaltar dois: a cole-

ga Mary Jane Spink, convidada pela diretoria da ABEP para conduzir a pesquisa promovida pela ABEP; e o colega Marcus Vinícius de Oliveira, vice-presidente do CFP e coordenador do CREPOP - Centro de Referência em Políticas Públicas e Psicologia. A diretoria da ABEP decidiu que a pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde seja realizada em colaboração com o CREPOP, por entender que essa iniciativa dos Conselhos de Psicologia é uma novidade importante para a construção de novas dimensões para a Psicologia no país.

O projeto de pesquisa conduzido por Mary Jane tem duas vertentes. A primeira refere-se ao estudo daquilo que os psicólogos efetivamente estão fazendo no âmbito do SUS. A segunda vertente envolve um processo de sistematização da produção acadêmica sobre a presença da Psicologia na área da Saúde Pública. Para as duas vertentes estamos buscando simpatia e apoio de todos os colegas procurados por nossa equipe de pesquisa no sentido de colaborar na coleta de informações.

Atividades	Oficinas Regionais	Oficinas Nacionais
Mês		
Abril	TO, GO, AP, SC, AL, PB, DF, PR	
Maio	PR, ES, MG, BA, CE, RS, SP, PA, PI, RN	
Junho	GO, SP, MA, PR, RS, ES, PO, PE, RJ, SP, MS, MT	
Agosto		DF

## Livro sobre a formação de psicólogos

A convite do Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP e do Ministério da Saúde (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES e Departamento de Gestão da Educação da Saúde - DEGES), a ABEP está participando da elaboração de um volume sobre a trajetória da formação de psicólogos

no Brasil na última década e meia. A iniciativa envolve outras treze profissões que atuam na área da saúde, e está sendo organizada em colaboração com o Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde - FNEPAS.

A ABEP recolheu indicações de nomes junto ao Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira para compor o

grupo de trabalho para elaborar o texto que seria publicado. O grupo tem se reunido e em breve poderemos conhecer esse texto. O material básico para elaboração do livro refere-se aos dados sobre os cursos de psicologia recolhidos no Censo da Educação Superior entre os anos de 1991 e 2004.

O lançamento está previsto para o início de março de 2006.

## Sala de situação sobre a formação de psicólogos no Brasil

A ABEP já conta com uma sala de situação sobre a formação de psicólogos no Brasil. A Sala de Situação consiste na reunião de todo tipo de informação sobre os cursos de Psicologia, desde o parecer dos avaliadores que visitaram a instituição, até o número de formandos

por turma. Há espaço para informações sobre problemas de funcionamento e sobre as decisões que órgãos governamentais vão tomando sobre os cursos.

A base de dados foi criada a partir dos cadastros de cursos de graduação realizado pelo INEP, pelo Conselho

Federal de Psicologia e pela própria ABEP. Com ela, será possível traçar avaliações e identificar tendências a todo momento. Desta forma, pesquisadores poderão se beneficiar desta reunião de informações sem precedentes na história da Psicologia no país.

# Psicólogos debatem atuação no SUS

Diante do desafio de ampliar sua presença no Sistema Único de Saúde - SUS, profissionais de Psicologia discutem sobre a política pública de saúde implantada no Brasil, levantando os principais problemas e identificando espaços de trabalho ainda não explorados. O ambiente de debate será o I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, entre os dias 20 e 22 de outubro deste ano, que será precedido por reuniões preparatórias e por fóruns regionais. Durante todo o primeiro semestre, psicólogos irão refletir sobre os desdobramentos do tema central "Contribuições técnicas e políticas dos psicólogos para avançar o Sistema Único de Saúde - SUS".

Atualmente, a maior parte da população brasileira não tem acesso aos consultórios particulares, enquanto os registros ambulatoriais da rede pública de saúde na área de Psicologia são genéricos e restritos a atendimentos e consultas, a terapias individuais e em grupo e a psicodiagnóstico. Também existe a preocupação de buscar melhoramentos na formação dos psicólogos que trabalham no SUS de maneira a possibilitar um melhor aproveitamento deste profissional no atendimento à população.

Para oferecer serviços de qualidade a um maior número de pessoas e permitir a atuação de psicólogos nas mais diversas áreas relativas a Saúde

Pública, a iniciativa do Sistema Conselhos promoverá os fóruns e debates com os seguintes eixos temáticos: Desafios Políticos; A prática da Psicologia no SUS; Contribuições da Psicologia para Avançar o SUS; e A questão da formação dos psicólogos em Saúde Pública.



## Preparatórios

Até o dia 30 de junho, os Conselhos Regionais de Psicologia irão realizar eventos preparatórios sobre as demandas da rede pública para a Psicologia, as possibilidades de intervenções e as necessidades no âmbito da formação. Os debates são importantes

para inspirar e motivar reflexões sobre a realidade profissional e a formação recebida pelos futuros psicólogos que irão atuar na área de Saúde Pública.

As informações reunidas irão subsidiar a elaboração das teses que serão apresentadas nos fóruns regionais e nacional. A programação será desenvolvida e divulgada pelos conselhos regionais de Psicologia. As reuniões são abertas a psicólogos, usuários de serviços de Psicologia e profissionais de áreas afins e o acesso é gratuito.

Nos Fóruns Regionais, que deverão ocorrer até o dia 28 de agosto, as teses desenvolvidas durante todo o primeiro semestre serão apreciadas e, aquelas que forem aprovadas, serão debatidas pelo Fórum Nacional, em outubro. Na etapa regional, os fóruns são voltados para psicólogos e representações de estudantes da Psicologia.

O Fórum Nacional será composto por delegados eleitos nos Fóruns Regionais. O evento culminará na produção de documentos sobre o exercício profissional do psicólogo na área de saúde pública e na definição de diretrizes na intervenção do Sistema Conselhos neste assunto.

Por isso, fique atento e contribua com a construção de propostas para trazer mais visibilidade e mais qualidade à nossa atuação no SUS.

## Atuação no SUS exige mudanças na formação profissional

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP promove durante todo o primeiro semestre, mais de 30 oficinas regionais com o intuito de debater sobre a melhoria da atuação de psicólogos no Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de uma formação acadêmica de qualidade. Estes eventos, que contam com o apoio do Conselho Federal de Psicologia e do Ministério da Saúde, irão culminar na Oficina Nacional da ABEP, programada para os dias 3 e 4 de agosto, em Brasília. O tema da oficina é "Uma presença qualificada no SUS como um desafio para a Psicologia".

Os conselhos regionais de Psicologia estão participando da organização e realização das oficinas que tiveram

início em março. Inicialmente seriam realizadas 17 oficinas regionais da ABEP, entretanto, vários CRP's ampliaram o número de oficinas diante da importância de discutir a formação dos futuros profissionais, principalmente no tocante a políticas públicas de modo geral e a saúde pública de modo particular. Estes debates também irão subsidiar as discussões do I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, promovido pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia.

As reuniões são abertas a todos os interessados, principalmente professores, estudantes, pesquisadores e profissionais que atuam na área de Políticas Públicas de Saúde. Entre estes, estarão presentes Coordenadores de Cursos de

Psicologia para discutir a forma de dar atenção à saúde pública a partir das orientações das Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia.

As oficinas terão dois momentos: um primeiro em que haverá reflexão sobre a contribuição da Psicologia para a rede pública de saúde e os modos de fortalecer a Psicologia a partir dessa interface. No segundo momento serão debatidos os modos de ampliar a atenção à formação para o SUS nos diversos Cursos de Psicologia. A programação inclui debates, palestras e conferências com profissionais convidados.

Para obter informações sobre as datas e locais das oficinas, acesse o site [www.abepsi.org.br/encontro](http://www.abepsi.org.br/encontro).

# Psicologia usa batom

*Psicologia atrai cada vez mais mulheres. Especialistas apontam conseqüências para profissão eminentemente feminina*

Desde 1975, 8 de Março é comemorado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher. Antes disso, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde, entretanto, se declarou um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas. Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de Março como "Dia Internacional da Mulher". Após tantas lutas e conquistas, as mulheres ainda lutam para ter igualdade de direitos, e na vida profissional não é diferente. Na psicologia, as mulheres são maioria na profissão. Em sua última pesquisa para avaliar o perfil do psicólogo brasileiro, o Conselho Federal de Psicologia concluiu que a profissão é



em sua maioria exercida pelas mulheres: 92,2% dos entrevistados eram do sexo feminino, contra apenas 7,8% de homens que exerciam a profissão.

Para a coordenadora do curso de Mestrado de Psicologia da PUC Minas, professora Maria Inês, a razão da profissão de Psicologia atrair mais mulheres do que homens pode ser explicada pelo fato da Psicologia ser uma profissão ligada ao cuidado do outro e a atividade do cuidado é tomada por uma atividade de gênero feminino, usualmente atribuída às mulheres. "As mulheres são socializadas no sentido de cuidar do outro. E no senso comum, a profissão de Psicologia também está ligada à idéia de sensibilidade, que é considerada um atributo feminino, habitualmente atribuído às mulheres", afirmou a coordenadora.

Tal fato, traz uma indagação. Quais são as conseqüências da profissão ser eminentemente feminina? A psicóloga e professora da Universidade de Brasília, Gláucia Diniz acredita que pode haver uma desvalorização social. "Em geral as profissões ditas femininas, e mesmo as subáreas de determinadas profissões, como a pediatria dentro da medicina, que são vistas também como 'femininas', tendem a ser menos valorizadas socialmente. Consequentemente, os salários das profissionais destas áreas tendem a ser menores e o acesso a cargos de direção e poder de decisão tendem a ser mais difíceis",

explica. Para Gláucia é comum o fenômeno chamado Teto de Vidro, que refere-se ao fato de que as mulheres apesar de terem nível educacional mais alto, recebem salários inferiores aos dos homens e têm mais dificuldade de acesso a cargos de gerenciamento, seja no setor público ou privado.

Afinal, por que existem tantas psicólogas? Primeiro foi o fato da década de 80, ter sido uma época de expansão das matrículas femininas nos cursos superiores em geral. A Psicologia aparece então como uma opção por ser um curso flexível que por sua generalidade permite um leque de opções profissionais para alguém que terá que lutar para se estabilizar no mercado. Além disso, é um curso que oferece conhecimentos polivalentes que podem ser utilizados no cotidiano, e por fim, no exercício profissional, que por suas características concilia as atividades familiares com o exercício de uma profissão. A psicóloga Fúlvia Rosemberg, explicou em um artigo publicado nos anos 80, na revista *Psicologia Ciência e Profissão* que "...moças também escolhem cursos assistenciais, ligados à área de educação ou paramédicos, não apenas porque sua socialização conduziu-as a preferirem papéis expressivos; ou por seu passado escolar que privilegiou as humanidades, mas também pelo ajustamento de tais cursos à ambivalência de sua condição", concluiu a psicóloga, à época.

## Contran reconsidera e retoma as seis Câmaras Temáticas

### Representantes do CFP:

Câmara de Saúde e Meio Ambiente  
 Maria Solange Félix Pereira  
 - Titular  
 Andréa Santos Nascimento  
 - Suplente  
 Câmara de Educação para o Trânsito e Cidadania  
 Gislene Maia de Macedo  
 - Titular  
 Cristina Armani Madeira  
 - Suplente

O Conselho Nacional de Trânsito - Contran reconsiderou a redução das Câmaras Temáticas e, no dia 16 de fevereiro de 2006, foi dada a posse aos novos integrantes das 06 Câmaras Temáticas. Em novembro do ano passado o Contran havia acatado a decisão do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran de reduzir para três o número de câmaras, limitando o debate a ótica restrita da via, do veículo e do fator humano. Considerando que as Câmaras Te-

máticas têm o objetivo de estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Contran, naquela ocasião, o Conselho Federal de Psicologia, ante o impasse, defendeu a posição conceitual de três Câmaras, cujo marco referencial está de acordo com a Política Nacional de Trânsito - PNT: Segurança no Trânsito, Educação para a Cidadania no Trânsito e Mobilidade e Qualidade de Vida.

Com a manutenção das seis câmaras, será possível dar continuidade

a discussão em campos mais amplos relacionados ao trânsito. A representação do CFP nas Câmaras de Saúde e Meio Ambiente e de Educação para o Trânsito e Cidadania recoloca a abordagem do trânsito como um problema de saúde pública e posiciona a educação de forma estratégica e inclusiva, que pactue com a população a co-responsabilidade pelo convívio social no espaço público e pelo bem-estar coletivo na construção de um trânsito seguro para todos.

# CFP participará do monitoramento em recomendações do comitê da infância

Com o objetivo de monitorar a implementação da Convenção dos Direitos da Criança - CDC e das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança no Brasil e estimular a formação de uma coalizão de organizações, redes e movimentos da sociedade civil para o monitoramento da Convenção dos Direitos da Criança - CDC, a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED, em parceria com Save the Children-Suécia, organizaram nos dias 19 e 20 de dezembro de 2005 a Oficina Nacional "Monitoramento da Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e das Recomendações do Comitê da ONU ao Brasil".

No evento, que contou com a presença de Rosa Ortiz, integrante do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, foram apresentados relatos sobre o processo de monitoramento da CDC no Brasil e realizadas discussões sobre os Direitos da Criança à luz dos Direitos Humanos. A principal tarefa dos participantes foi fazer uma análise das recomendações,

apresentadas pelo Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas ao Governo Brasileiro para implementação da CDC para apontar aquelas que devem ser monitoradas pela sociedade civil brasileira para elaboração do próximo relatório alternativo que deve estar pronto em 2007.

Participaram da oficina vinte instituições brasileiras que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, entre elas o Conselho Federal de Psicologia. A partir do debate sobre a experiência das organizações com o monitoramento de direitos e da elaboração de uma proposta de trabalho foram estabelecidos pactos finais e agenda para monitoramento.

Elaborada pela ONU em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança - CDC foi ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Ao ratificar essa Convenção, o Brasil assumiu o compromisso de apresentar ao Comitê para os Direitos da Criança relatórios sobre as medidas que tenha adotado para efetivação dos direitos reconhecidos na Convenção bem como dos

resultados e dos progressos alcançados, especificando as exatas circunstâncias e as dificuldades enfrentadas para sua consecução.

O primeiro relatório deve ser entregue após dois anos da data em que a Convenção entrar em vigor para cada país. Após o primeiro relatório, a cada cinco anos devem ser apresentados os relatórios subsequentes, podendo o Comitê solicitar informações complementares. Tais relatórios devem ser colocados amplamente à disposição do público de seus respectivos países. Além do relatório oficial, a sociedade civil pode elaborar um relatório alternativo que também fornecerá informações sobre a implementação do CDC. Ao analisar os relatórios, o Comitê formula sugestões e recomendações gerais aos estados-partes, com base nos relatórios apresentados periodicamente.

Apesar do Brasil haver ratificado a Convenção, não cumpriu os prazos para apresentação dos relatórios e somente apresentou o primeiro relatório no ano de 2004.

## Fórum Mundial de Educação reforça luta pela democratização

O Conselho Federal de Psicologia, juntamente com os Conselhos Regionais da 5ª, 6ª e 12ª regiões e com o Fórum de Educação Inclusiva de São Paulo, promoveu o Seminário Educação Inclusiva: Por uma Escola Mundo Onde Caibam Todos os Mundos, em março. O evento compôs as 300 atividades desenvolvidas durante o Fórum Mundial de Educação, promovido entre os dias 23 e 26 de março em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

O seminário realizado pelo CFP buscou trabalhar para que a Psicologia esteja a serviço da educação inclusiva no Brasil e pelo fortalecimento da organização e participação dos psicólogos no movimento. "O número de inscrições atingiu a capacidade total do auditório e as expectativas foram atendidas", afirma a conselheira

do CFP e também palestrante do encontro, Iolete Ribeiro.

O evento, que contou com a participação de dois intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, começou com a apresentação de uma peça de teatro do grupo "Os inclusos e os sisos - teatro de mobilização pela diversidade". Em seguida aconteceram as palestras de Claudia Werneck, da ONG Escola de Gente, Fábio Meireles, do Conselho Nacional da Juventude, e Fábio Adiron, do Fórum Permanente de Educação Inclusiva/SP. Também foram palestrantes Wagner Ranña, do CRP-6, Rosilene Cerqueira, do CRP-5, e Fábio Tondin, do CRP-12.

O Fórum Mundial de Educação reuniu cerca de 30 mil pessoas entre educadores, militantes sociais,

estudantes e delegados de 25 países para debater o tema Educação Cidadã para uma Cidade Educadora. Em um espaço aberto e plural, os princípios e lemas das edições anteriores do evento, realizadas em Porto Alegre, São Paulo, Córdoba (Espanha) e Caracas (Venezuela), foram reforçados e os participantes buscaram contribuir para a construção de um processo de mobilização e de luta pela defesa irrestrita da educação como um direito humano e social. No final do evento foi divulgado um documento intitulado "Carta de Nova Iguaçu" onde os presentes reafirmaram o compromisso com a defesa e a transformação democrática da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas. Confira a carta na íntegra no site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br), no link notícias.

14 de abril: Dia Nacional da Luta pela Educação Inclusiva



**II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão**

Data: 05 a 09 de setembro de 2006  
 Cidade: São Paulo - UNINOVE - Campus Memorial - Av. Dr. Adolfo Pinto, 109 e Memorial da América Latina - Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664, Barra Funda  
 E-mail: congresso@cienciaeprofissao.com.br  
 Site: www.cienciaeprofissao.com.br/

**16º Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo**  
 Tema: Grupos - Conectando Indivíduos, Comunidades e Culturas  
 Data: 17 a 22 de julho de 2006  
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil  
 Telefone: (11) 3361-3056  
 Fax: (11) 3361-3089  
 E-mail: iagp2006@eventus.com.br  
 Site: http://www.eventus.com.br/iagp

**II CBPOT – Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho**  
 Data: 26 a 29 de julho de 2006  
 Cidade: Brasília - DF - Brasil  
 E-mail: organizacao@sbpot.org.br  
 Site: http://www.sbpot.org.br/iicbpot/

**VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar e II Encontro de Pesquisadores da Abratef**  
 Tema: Tecendo Redes e Construindo Pontes entre Teorias, Práticas e Contextos  
 Data: 26 a 29 de julho de 2006  
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil  
 Telefone: (11) 3361-3056  
 E-mail: abratef@eventus.com.br  
 Site: www.abratef.org.br/congresso

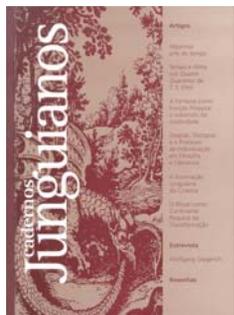
**Colóquio Internacional de Psicanálise**  
 Tema: A Escrita na Psicanálise  
 Data: 3 a 6 de agosto de 2006  
 Cidade: Belo Horizonte - MG - Brasil  
 Telefax: (31) 3281-9605  
 E-mail: aleph.psicanalise@tera.com.br  
 Site: www.alephescoladepsicanalise.com.br

**11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**  
 Tema: Saúde Coletiva em um Mundo Globalizado: Rompendo Barreiras Sociais, Econômicas e Políticas  
 Data: 21 a 25 de agosto de 2006  
 Cidade: Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
 E-mail: contato@saudecoletiva2006.com.br  
 Site: http://www.saudecoletiva2006.com.br/

**III Congresso Brasileiro Raimon-Thiers**  
 Tema: O ser da atualidade: Pensamento, Ação e Emoção  
 Data: 07 a 09 de setembro de 2006  
 Local: Campo Grande - MS - Brasil  
 Telefone: (67) 3356-3822  
 E-mail: anacgeraldi@ig.com.br

**II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e VII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**  
 Data: 07 a 10 de setembro de 2006  
 Cidade: Belém - PA - Brasil  
 Telefone: (11) 3661-6519  
 E-mail: psicopatologiafundamental@uol.com.br  
 www.psicopatologiafundamental.org

**II Encontro Candango de Abordagem Gestáltica**  
 Data: 20 a 22 de outubro de 2006  
 Cidade: Brasília - DF - Brasil  
 Telefone: (61) 3274-0061 / 3328-5731  
 Email: cegest@cegest.org.br

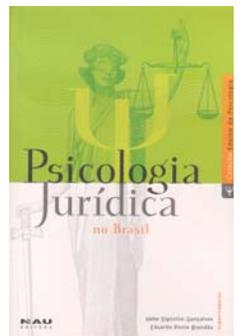


**Cadernos Junguianos**

O periódico Cadernos Junguianos, lançado pela Associação Junguiana do Brasil, tem o objetivo de levar a um público leitor cada vez mais numeroso a perspectiva do pensamento junguiano. A revista, que tem periodicidade anual propõe-se a ser um fórum permanente para a exposição, a troca e a discussão de trabalhos e reflexões por meio de artigos e resenhas originais, de autores nacionais e estrangeiros. Este material poderá contribuir para fazer do pensamento junguiano parte da vida intelectual e do ambiente científico do país, como fonte renovada no aprofundamento das questões mais relevantes da aventura cultural e psicológica do homem. Para adquiri-lo, entre em contato com os institutos junguianos regionais.  
 Informações: (21) 2245-9292

**Psicologia Jurídica no Brasil**

Profissionais das áreas de Psicologia, Direito e Assistência Social são autores de nove textos escritos para o livro Psicologia Jurídica no Brasil, publicado pela Nau Editora. A proposta é indicar caminhos para a realização de um trabalho ético e em respeito pela cidadania e os Direitos Humanos. Entre os autores está a coordenadora da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Esther Arantes. Ao todo, são 343 páginas que apresentam de forma didática este ramo da Psicologia em franca expansão e desenvolvimento. Os organizadores da obra, Hebe Signorini Gonçalves e Eduardo Ponte Brandão, apontam que essa demanda coloca exigências específicas, ditadas pelo Direito, mas o ingresso da Psicologia no mundo jurídico precisa encontrar seu motor próprio, já que sua impulsão advém do compromisso com o sujeito que é, por excelência, de outra ordem.



**CFP tem novo número de telefone: ANOTE!**  
 Fone: (61) 2109-0100  
 Fax: (61) 2109-0150  
 SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A  
 CEP 70.719-900  
 e-mail: contato@pol.org.br - home page: www.pol.org.br

